FECOMÉRCIO
VEÍCULO: GAZETA DO OESTE **DATA: 11.02.15** **EDITORIA: CIDADES**

Classificação: Positiva

VEÍCULO: **VISOR POLÍTICO** **DATA:** **11.02.15**

Fecomércio faz visita de cortesia à Câmara Municipal de Natal | Visor Político

Postado por Alex Viana em Política

10
fev

O presidente da Câmara Municipal de Natal, vereador Franklin Capistrano (PSB), recebeu no início da tarde de hoje (10) o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomercio), Marcelo Queiroz. A visita foi a primeira da federação ao novo presidente da casa, a fim de estreitar as relações entre o setor e o legislativo municipal.

Na ocasião, Marcelo Queiroz apresentou o interlocutor da Fecomercio, Laumir Barreto, que está encarregado de tratar todos os assuntos em comum com a Câmara. “Queremos ter esse laço bem estreito com a Câmara. Além de parabenizar o novo presidente, viemos entregar-lhe nossas sugestões e propostas para o setor, afim de darmos nossa contribuição nessa parceria”, disse Marcelo Queiroz.

Para o presidente da Câmara a iniciativa da Fecomercio vai ao encontro dos anseios do Legislativo no sentido de buscar o entendimento para as questões a serem debatidas com os diversos setores da sociedade, a fim de beneficiar a população. “Sem dúvidas é uma parceria importante para mantermos essa boa relação discutindo projetos, alguns aprovados, outros que estão em discussão ou vão entrar aqui na Câmara que envolvem o comércio, sempre pensando no bem comum da nossa cidade através das leis que saem desta casa”, declara Franklin Capistrano.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: **BLOG MARCOS DANTAS** **DATA:** **10.02.15**

Presidente da Câmara de Natal recebe visita da Fecomercio - Blog do Marcos Dantas

O presidente da Câmara Municipal de Natal, vereador Franklin Capistrano (PSB), recebeu no início da tarde de hoje (10) o presidente da Federação do Comércio de Bens e Serviços (Fecomercio), Marcelo Queiroz.

A visita foi a primeira da federação ao novo presidente da casa, a fim de estreitar as relações entre o setor e o legislativo municipal.Na ocasião, Marcelo Queiroz apresentou interlocutor da Fecomercio, Laumir Barreto, que está encarregado de tratar todos os assuntos em comum com a Câmara.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: **PORTAL NO MINUTO.COM** **DATA:** **11.02.15**

Presidente da Câmara Municipal recebe visita da Fecomércio - Notícias - Economia - Nominuto.com

Marcelo Barroso

Marcelo Queiroz esteve reunido com o presidente da CMN, vereador Franklin Capistrano com o objetivo de estreitar as relações.

O presidente da Câmara Municipal de Natal, vereador Franklin Capistrano (PSB), recebeu no início da tarde de hoje (10) o presidente da Federação do Comércio de Bens e Serviços (Fecomércio), Marcelo Queiroz. A visita foi a primeira da federação ao novo presidente da casa, a fim de estreitar as relações entre o setor e o legislativo municipal.

Na ocasião, Marcelo Queiroz apresentou interlocutor da Fecomércio, Laumir Barreto, que está encarregado de tratar todos os assuntos em comum com a Câmara. "Queremos ter esse laço bem estreito com a Câmara. Além de parabenizar o novo presidente, viemos entregar-lhe nossas sugestões e propostas para o setor, afim de darmos nossa contribuição nessa parceria", disse

Marcelo Queiroz.

Para o presidente da Câmara a iniciativa da Fecomércio vai ao encontro dos anseios do legislativo no sentido de buscar o entendimento para as questões a serem debatidas com os diversos setores da sociedade, a fim de beneficiar a população. "Sem dúvidas é uma parceria importante para mantermos essa boa relação discutindo projetos, alguns aprovados, outros que estão em discussão ou vão entrar aqui na Câmara que envolvem o comércio, sempre pensando no bem comum da nossa cidade através das leis que saem desta casa", declara Franklin Capistrano.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: **PORTAL NO AR** **DATA:** **10.02.15**

Marcelo Queiroz instala unidade móvel OdontoSesc em Afonso Bezerra - Portal No Ar

O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Fernandes de Queiroz, esteve na noite desta segunda- feira, 09.02, no município de Afonso Bezerra, distante 166 km de Natal, para implantar a Carreta OdontoSesc, que atuará por dois meses atendendo cerca de 200 pessoas de forma completamente gratuita com procedimento clínicos e ações educativas na área da saúde bucal. A solenidade de assinatura do convênio que oficializou a chegada da unidade móvel à cidade contou com a presença de autoridades locais e da população.

Queiroz entrega OdontoSesc em Afonso Bezerra (Foto: Divulgação)
Marcelo Queiroz destacou a importância da democratização do acesso aos comerciários, seus dependentes e da população em geral a um serviço de saúde cuja excelência é reconhecida nacionalmente.

“Esta é uma ação que complementa o trabalho de nossas clínicas odontológicas fixas, instaladas em Natal, Mossoró e Macaíba, e que são custeadas exclusivamente com recursos dos empresários do comércio de bens e serviços deste estado, que assim ratificam seu compromisso com a sociedade e suas demandas”, afirmou.

O prefeito da cidade de Afonso Bezerra, Jackson Bezerra, elogiou a iniciativa do Sistema Fecomércio RN de proporcionar ao município o serviço odontológico.

“Queria agradecer a Fecomércio por esse excelente trabalho itinerante de chegar aos mais longínquos municípios desse estado, levando saúde às comunidades mais carentes”. O município é a 31ª cidade do Rio Grande do Norte a ser beneficiada pelo OdontoSesc desde 2001, período no qual foram registrados cerca de 507 mil atendimentos.

Durante todo o período de permanência da carreta, os moradores de Afonso Bezerra terão acesso aos serviços odontológicos gratuitos e de qualidade para a população. Os procedimentos envolvem tanto a parte curativa (restauração, extração) e preventiva de educação em saúde, com atividades em escolas voltadas a alunos e professores.

A unidade do OdontoSesc é equipada com aparelhos de ponta, com quatro consultórios, sala de esterilização, de escovação e de raios-X com revestimento e área de espera. Cada consultório tem um monitor, que exibe vídeos educativos ou musicais para relaxar o paciente.

Prestigiaram a solenidade, além do presidente Marcelo Queiroz, a diretora do Sesc, Jeane Amaral; o diretor do Senac, Fernando Vírgilio; o conselheiro do Senac RN, Olinto Teonácio Neto; o diretor da Fecomércio, Vicente de Paula Avelino Sobrinho; secretários e vereadores municipais.

Atualizado em 10 de fevereiro às 14:39

Classificação: Positiva

VEÍCULO: **COMPANHIA DA NOTÍCIAS** **DATA:** **10.02.15**

Marcelo Queiroz instala unidade móvel OdontoSesc em Afonso Bezerra

O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Fernandes de Queiroz, esteve na noite desta segunda- feira, 09.02, no município de Afonso Bezerra, distante 166 km de Natal, para implantar a Carreta OdontoSesc, que atuará por dois meses atendendo cerca de 200 pessoas de forma completamente gratuita com procedimento clínicos e ações educativas na área da saúde bucal. A solenidade de assinatura do convênio que oficializou a chegada da unidade móvel à cidade contou com a presença de autoridades locais e da população.

Marcelo Queiroz destacou a importância da democratização do acesso aos comerciários, seus dependentes e da população em geral a um serviço de saúde cuja excelência é reconhecida nacionalmente.

“Esta é uma ação que complementa o trabalho de nossas clínicas odontológicas

fixas, instaladas em Natal, Mossoró e Macaíba, e que são custeadas exclusivamente com recursos dos empresários do comércio de bens e serviços deste estado, que assim ratificam seu compromisso com a sociedade e suas demandas", afirmou.

O prefeito da cidade de Afonso Bezerra, Jackson Bezerra, elogiou a iniciativa do Sistema Fecomércio RN de proporcionar ao município o serviço odontológico.

"Queria agradecer a Fecomércio por esse excelente trabalho itinerante de chegar aos mais longínquos municípios desse estado, levando saúde às comunidades mais carentes". O município é a 31ª cidade do Rio Grande do Norte a ser beneficiada pelo OndotoSesc desde 2001, período no qual foram registrados cerca de 507 mil atendimentos.

Durante todo o período de permanência da carreta, os moradores de Afonso Bezerra terão acesso aos serviços odontológicos gratuitos e de qualidade para a população. Os procedimentos envolvem tanto a parte curativa (restauração, extração) e preventiva de educação em saúde, com atividades em escolas voltadas a alunos e professores.

A unidade do OdontoSesc é equipada com aparelhos de ponta, com quatro consultórios, sala de esterilização, de escovação e de raios-X com revestimento e área de espera. Cada consultório tem um monitor, que exibe vídeos educativos ou musicais para relaxar o paciente.

Prestigiaram a solenidade, além do presidente Marcelo Queiroz, a diretora do Sesc, Jeane Amaral; o diretor do Senac, Fernando Vírgilio; o conselheiro do Senac RN, Olinto Teonácio Neto; o diretor da Fecomércio, Vicente de Paula Avelino Sobrinho; secretários e vereadores.

Fonte: Assessoria de Comunicação da Presidência do Sistema Fecomércio RN

Curtir isso:
Curtir Carregando...

Relacionado

Classificação: Positiva

VEÍCULO: VISOR POLÍTICO DATA: 10.02.15

Marcelo Queiroz instala unidade móvel OdontoSesc em Afonso Bezerra | Visor Político

Marcelo Queiroz instala unidade móvel OdontoSesc em Afonso Bezerra
Postado por Alex Viana em Cotidiano

10
fev

O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Fernandes de Queiroz, esteve na noite da última segunda- feira, 09.02, no município de Afonso Bezerra, distante 166 km de Natal, para implantar a Carreta OdontoSesc, que atuará por dois meses atendendo cerca de 200 pessoas de forma completamente gratuita com procedimento clínicos e ações educativas na área da saúde bucal. A solenidade de assinatura do convênio que oficializou a chegada da unidade móvel à cidade contou com a presença de autoridades locais e da população.

Marcelo Queiroz destacou a importância da democratização do acesso aos comerciários, seus dependentes e da população em geral a um serviço de saúde cuja excelência é reconhecida nacionalmente.

“Esta é uma ação que complementa o trabalho de nossas clínicas odontológicas fixas, instaladas em Natal, Mossoró e Macaíba, e que são custeadas exclusivamente com recursos dos empresários do comércio de bens e serviços deste estado, que assim ratificam seu compromisso com a sociedade e suas demandas”, afirmou.

Durante todo o período de permanência da carreta, os moradores de Afonso Bezerra terão acesso aos serviços odontológicos gratuitos e de qualidade para a população.

Os procedimentos envolvem tanto a parte curativa (restauração, extração) e preventiva de educação em saúde, com atividades em escolas voltadas a alunos e professores.

A unidade do OdontoSesc é equipada com aparelhos de ponta, com quatro consultórios, sala de esterilização, de escovação e de raios-X com revestimento e área de espera. Cada consultório tem um monitor, que exibe vídeos educativos ou musicais para relaxar o paciente.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: **PORTAL MERCADO ABERTO** **DATA:** **10.02.15**

Presidente da Fecomércio RN instala unidade móvel OdontoSesc em Afonso Bezerra

A unidade do OdontoSesc é equipada com aparelhos de ponta, com quatro consultórios, sala de esterilização, de escovação e de raios-X com revestimento e área de espera

O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Fernandes de Queiroz, esteve na noite desta segunda- feira, 09.02, no município de Afonso Bezerra, distante 166 km de Natal, para implantar a Carreta OdontoSesc, que atuará por dois meses atendendo cerca de 200 pessoas de forma completamente gratuita com procedimento clínicos e ações educativas na área da saúde bucal. A solenidade de assinatura do convênio que oficializou a chegada da unidade móvel à cidade contou com a presença de autoridades locais e da população.

Marcelo Queiroz destacou a importância da democratização do acesso aos comerciários, seus dependentes e da população em geral a um serviço de saúde cuja excelência é reconhecida nacionalmente.

"Esta é uma ação que complementa o trabalho de nossas clínicas odontológicas fixas, instaladas em Natal, Mossoró e Macaíba, e que são custeadas exclusivamente com recursos dos empresários do comércio de bens e serviços deste estado, que assim ratificam seu compromisso com a sociedade e suas demandas", afirmou.

O prefeito da cidade de Afonso Bezerra, Jackson Bezerra, elogiou a iniciativa do Sistema Fecomércio RN de proporcionar ao município o serviço odontológico.

"Queria agradecer a Fecomércio por esse excelente trabalho itinerante de chegar aos mais longínquos municípios desse estado, levando saúde às comunidades mais carentes". O município é a 31ª cidade do Rio Grande do Norte a ser beneficiada pelo OndotoSesc desde 2001, período no qual foram registrados cerca de 507 mil atendimentos.

Durante todo o período de permanência da carreta, os moradores de Afonso Bezerra terão acesso aos serviços odontológicos gratuitos e de qualidade para a população. Os procedimentos envolvem tanto a parte curativa (restauração, extração) e preventiva de educação em saúde, com atividades em escolas voltadas a alunos e professores.

A unidade do OdontoSesc é equipada com aparelhos de ponta, com quatro consultórios, sala de esterilização, de escovação e de raios-X com revestimento e área de espera. Cada consultório tem um monitor, que exibe vídeos educativos ou musicais para relaxar o paciente.

Prestigiaram a solenidade, além do presidente Marcelo Queiroz, a diretora do Sesc, Jeane Amaral; o diretor do Senac, Fernando Vírgilio; o conselheiro do Senac RN, Olinto Teonácio Neto; o diretor da Fecomércio, Vicente de Paula Avelino Sobrinho; secretários e vereadores municipais.

Fonte: Fecomércio RN

Classificação: Positiva

VEÍCULO: **PORTAL NO MINUTO.COM** **DATA:** **11.02.15**

Fecomércio instala unidade móvel OdontoSesc em Afonso Bezerra - Notícias - Rio Grande do Norte - Nominuto.com

Clippada em: 10/02/2015

Divulgação/Assessoria

Solenidade contou com a presença de autoridades locais e da população.

O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Fernandes de Queiroz, esteve na noite de ontem (9), no município de Afonso Bezerra, distante 166 km de Natal, para implantar a Carreta OdontoSesc, que atuará por dois meses atendendo cerca de 200 pessoas de forma gratuita com procedimento clínicos e ações educativas na área da saúde bucal. A solenidade de assinatura do convênio que oficializou a chegada da unidade móvel à cidade contou com a presença de autoridades locais e da população.

Marcelo destacou a importância da democratização do acesso aos comerciários, seus dependentes e da população em geral a um serviço de saúde cuja excelência é reconhecida nacionalmente.
"Esta é uma ação que complementa o trabalho de nossas clínicas odontológicas fixas, instaladas em Natal, Mossoró e Macaíba, e que são

custeadas exclusivamente com recursos dos empresários do comércio de bens e serviços deste estado, que assim ratificam seu compromisso com a sociedade e suas demandas", afirmou.

O prefeito da cidade de Afonso Bezerra, Jackson Bezerra, elogiou a iniciativa do Sistema Fecomércio de proporcionar ao município o serviço odontológico.

“Queria agradecer a Fecomércio por esse excelente trabalho itinerante de chegar aos mais longínquos municípios desse estado, levando saúde às comunidades mais carentes”. O município é a 31ª cidade do Rio Grande do Norte a ser beneficiada pelo OndotoSesc desde 2001, período no qual foram registrados cerca de 507 mil atendimentos.

Durante todo o período de permanência da carreta, os moradores de Afonso Bezerra terão acesso aos serviços odontológicos gratuitos e de qualidade para a população. Os procedimentos envolvem tanto a parte curativa (restauração, extração) e preventiva de educação em saúde, com atividades em escolas voltadas a alunos e professores.

A unidade do OdontoSesc é equipada com aparelhos de ponta, com quatro consultórios, sala de esterilização, de escovação e de raios-X com revestimento e área de espera. Cada consultório tem um monitor, que exibe vídeos educativos ou musicais para relaxar o paciente.

Prestigiaram a solenidade, além do presidente Marcelo Queiroz, a diretora do Sesc, Jeane Amaral; o diretor do Senac, Fernando Vírgilio; o conselheiro do Senac RN, Olinto Teonácio Neto; o diretor da Fecomércio, Vicente de Paula Avelino Sobrinho; secretários e vereadores municipais.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: **PONTO DE VISTA ONLINE** **DATA:** **11.02.15**

Marcelo Queiroz instala unidade móvel OdontoSesc em Afonso Bezerra | Ponto de Vista com Nelson Freire

Posted on 10. fev, 2015 by Ponto de Vista in Blog

O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Fernandes de Queiroz, esteve na noite de ontem (09), no município de Afonso Bezerra, distante 166 km de Natal, para implantar a Carreta OdontoSesc, que atuará por dois meses atendendo cerca de 200 pessoas de forma completamente gratuita com procedimento clínicos e ações educativas na área da saúde bucal. A solenidade de assinatura do convênio que oficializou a chegada da unidade móvel à cidade contou com a presença de autoridades locais e da população.

Marcelo Queiroz destacou a importância da democratização do acesso aos comerciários, seus dependentes e da população em geral a um serviço de saúde cuja excelência é reconhecida nacionalmente.

“Esta é uma ação que complementa o trabalho de nossas clínicas odontológicas fixas, instaladas em Natal, Mossoró e Macaíba, e que são custeadas exclusivamente com recursos dos empresários do comércio de bens e serviços deste estado, que assim ratificam seu compromisso com a sociedade e suas demandas”, afirmou.

O prefeito da cidade de Afonso Bezerra, Jackson Bezerra, elogiou a iniciativa do Sistema Fecomércio de proporcionar ao município o serviço odontológico.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: **PORTAL NO MINUTO.COM** **DATA:** **11.02.15**

Fecomércio instala unidade móvel OdontoSesc em Afonso Bezerra - Notícias - Rio Grande do Norte - Nominuto.com

Divulgação/Assessoria

Solenidade contou com a presença de autoridades locais e da população.

O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Fernandes de Queiroz, esteve na noite de ontem (9), no município de Afonso Bezerra, distante 166 km de Natal, para implantar a Carreta OdontoSesc, que atuará por dois meses atendendo cerca de 200 pessoas de forma gratuita com procedimento clínicos e ações educativas na área da saúde bucal. A solenidade de assinatura do convênio que oficializou a chegada da unidade móvel à cidade contou com a presença de autoridades locais e da população.

Marcelo destacou a importância da democratização do acesso aos comerciários, seus dependentes e da população em geral a um serviço de saúde cuja excelência é reconhecida nacionalmente.
"Esta é uma ação que complementa o trabalho de nossas clínicas odontológicas fixas, instaladas em Natal, Mossoró e Macaíba, e que são custeadas exclusivamente com recursos dos empresários do comércio de bens e serviços deste estado, que assim ratificam seu

compromisso com a sociedade e suas demandas", afirmou.

O prefeito da cidade de Afonso Bezerra, Jackson Bezerra, elogiou a iniciativa do Sistema Fecomércio de proporcionar ao município o serviço odontológico.

“Queria agradecer a Fecomércio por esse excelente trabalho itinerante de chegar aos mais longínquos municípios desse estado, levando saúde às comunidades mais carentes”. O município é a 31ª cidade do Rio Grande do Norte a ser beneficiada pelo OndotoSesc desde 2001, período no qual foram registrados cerca de 507 mil atendimentos.

Durante todo o período de permanência da carreta, os moradores de Afonso Bezerra terão acesso aos serviços odontológicos gratuitos e de qualidade para a população. Os procedimentos envolvem tanto a parte curativa (restauração, extração) e preventiva de educação em saúde, com atividades em escolas voltadas a alunos e professores.

A unidade do OdontoSesc é equipada com aparelhos de ponta, com quatro consultórios, sala de esterilização, de escovação e de raios-X com revestimento e área de espera. Cada consultório tem um monitor, que exibe vídeos educativos ou musicais para relaxar o paciente.

Prestigiaram a solenidade, além do presidente Marcelo Queiroz, a diretora do Sesc, Jeane Amaral; o diretor do Senac, Fernando Vírgilio; o conselheiro do Senac RN, Olinto Teonácio Neto; o diretor da Fecomércio, Vicente de Paula Avelino Sobrinho; secretários e vereadores municipais.

Classificação: Positiva

SENAC

VEÍCULO: **TRIBUNA DO NORTE** **DATA:** **11.02.15** **EDITORIA:** **NEGÓCIOS E FINANÇAS**

CURSOS O Senac RN está oferecendo 704 vagas em cursos gratuitos, em seis municípios do estado. As oportunidades integram o Programa Senac de Gratuidade (PSG), para pessoas de baixa renda. Os interessados podem se inscrever até amanhã, 12, exclusivamente pelo site www.rn.senac.br/psg. O edital contempla Natal, Mossoró, Parnamirim, Assú, Caicó e Macaíba.

Classificação: Positiva

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE **DATA:** 11.02.15 **EDITORIA:** NATAL

Senac

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RN

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC – DR/RN, através da Presidente da Comissão Permanente de Licitação e Pregoeira, torna público a realização dos seguintes certames:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação dos serviços de cobertura securitária (seguro) para assegurar vidas dos alunos matriculados no Senac/RN.
ABERTURA: Dia 24 de fevereiro de 2015, às 9h00min.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015.
OBJETO: Aquisição de **EQUIPAMENTOS DE ACESSIBILIDADE** para atender as necessidades do Departamento Regional do Senac/RN.
ABERTURA: Dia 25 de fevereiro de 2015, às 9h00min.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Rua Jundiaí, 644, Tirol - Natal/RN, telefone (84) 4005-1020, através de pen-drive, CD, ou pelo e-mail: cpl@rn.senac.br ou se cadastrando em nosso site: http://www.rn.senac.br/licitacoes.

Natal, 10 de fevereiro de 2015.

JULLIANA ALLINY DE SOUZA SILVA
Presidente e Pregoeira

VEÍCULO: **PORTAL G1** **DATA:** **11.02.15**

G1 - Senac abre 704 vagas em cursos gratuitos no Rio Grande do Norte - notícias em Rio Grande do Norte

O Sistema Fecomércio do Rio Grande do Norte, por meio do Senac, lançou edital para preenchimento de 704 vagas em cursos gratuitos. As oportunidades integram o Programa Senac de Gratuidade (PSG), destinado a pessoas de baixa renda. Os interessados podem se inscrever entre os dias até esta quinta-feira (12), exclusivamente por meio do site www.rn.senac.br/psg.

Entre as capacitações, estão oportunidades para os cursos técnicos em Estética, Guia de Turismo, Logística e Segurança no Trabalho. Também serão disponibilizadas bolsas de estudos para cursos de formação inicial e continuada, como Montador e Reparador de Computador, Recepcionista de Eventos e Operador de Computador. O edital contempla os municípios de Natal, Mossoró, Parnamirim, Assu, Caicó e Macaíba.

De acordo com a Política do PSG, obrigatoriamente, os inscritos devem possuir renda familiar mensal de até dois salários mínimos federais, por pessoa, e atender aos requisitos exigidos pelo curso escolhido, que variam de acordo com a modalidade.

Os candidatos serão selecionados de acordo com a ordem da inscrição efetuada no site do Senac. Os contemplados são convocados para apresentação dos documentos comprobatórios de renda e requisitos do curso pelo qual optou.

O Programa Senac de Gratuidade tem o objetivo de promover a inclusão social através da oferta de vagas gratuitas para a população de baixa renda em cursos de Formação Inicial e Nível Técnico. Por meio do Programa, o Sistema Fecomércio RN investirá cerca de R$ 20 milhões em 2015, disponibilizando 11.180 bolsas de estudos para qualificar a população.

O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Fernandes de Queiroz, destaca que não há diferença entre os cursos que integram o Programa Senac de Gratuidade e as capacitações do portfólio comercial da instituição. "Disponibilizamos o mesmo conteúdo pedagógico, carga horária e material instrucional, como livros e CDs, e os itens de consumo dos cursos. A qualidade sempre está presente nos programas educacionais do Senac, seja em cursos pagos ou nos gratuitos", afirmou.

Classificação: Positiva

NOTÍCIAS DE INTERESSE:

VEÍCULO: **TRIBUNA DO NORTE** **DATA:** **11.02.15** **EDITORIA:** **POLÍTICA**

VEÍCULO: NOVO JORNAL **DATA:** 11.02.15 **EDITORIA:** POLÍTICA

GOVERNO PROPÕE PRAZO PARA QUITAR DÍVIDAS COM O IPERN

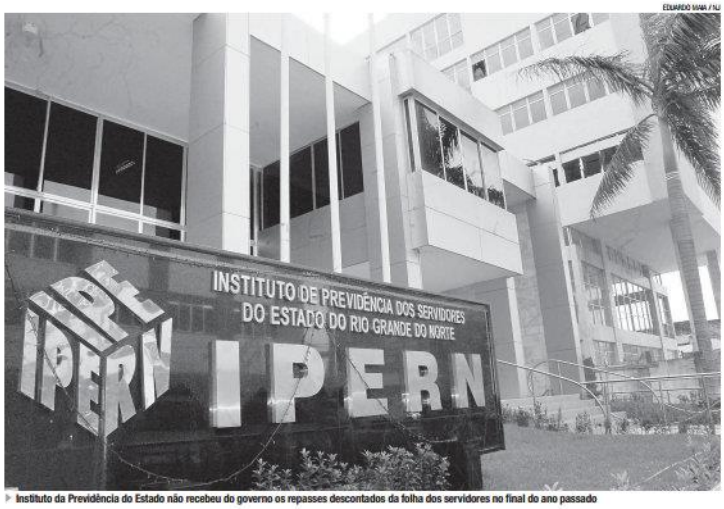
/ PREVIDÊNCIA/ PROPOSTA DE QUITAÇÃO DA DÍVIDA DE R$ 76 MILHÕES, HERDADA DO GOVERNO PASSADO, FOI ENVIADA ONTEM À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA POR MEIO DE UMA MENSAGEM; META É PARCELAR O MONTANTE EM ATÉ CINCO ANOS

CLÁUDIO OLIVEIRA
DO NOVO JORNAL

FÁBIO CORTEZ / NJ

Gustavo Nogueira, secretário estadual de Planejamento

EDUARDO MAIA / NJ



Instituto da Previdência do Estado não recebeu do governo os repasses descontados da folha dos servidores no final do ano passado

O GOVERNADOR ROBINSON Faria pretende pagar em até cinco anos a dívida contraída com o Instituto da Previdência do Estado (Ipern). A quantia estimada em R$ 76 milhões é decorrente das contribuições previdenciárias que o Estado deixou de repassar ao instituto no final da gestão Rosalba Ciarlini. Há ainda R$ 14 milhões que foram descontados nos contracheques dos servidores, mas não repassados, e que o governador quer pagar de uma única vez. Outros débitos não previdenciários poderão ser parcelados em até 240 vezes.

A proposta de quitação da dívida herdada do governo passado foi enviada ontem à Assembleia Legislativa por meio da Mensagem 06/2015, de autoria do Executivo estadual. Na mensagem, Robinson Faria propõe pagar em até 60 parcelas a contribuição patronal de dezembro, no valor de R$ 38,5 milhões, e a parcela referente ao 13º salário, que corresponde a R$ 37,4 milhões. Com isso, somente em dezembro, o governo adquiriu uma dívida com o Ipern de R$ 76 milhões de obrigações não executadas.

Se for pago em 60 parcelas, o governador terminará esse mandato e ainda não terá quitado o débito, visto que esse prazo corresponde a cinco anos. A preocupação com os direitos previdenciários não realizados, no apagar das luzes da gestão passada, foi externado no mês passado quando o governador e o secretário de Planejamento Gustavo Nogueira apresentaram o balanço financeiro do estado, que detém uma dívida total de R$ 610 milhões.

O fato demonstra que se por um lado a ex-governadora Rosalba Ciarlini se livrou do desgaste de deixar o governo sem ter pago os salários dos servidores, por outro usou recursos do fundo previdenciário para garantir o pagamento de ativos e inativos, sem transferir os valores da previdência que o Estado tem a obrigação de repassar. O percentual de contribuição do estado é de 22% dos salários e o dos servidores é de 11%. Nenhum dos dois foi repassado ao Ipern, muito embora tenham sido descontados nos contracheques.

Para resolver essa questão, porém, Robinson encaminhou o projeto de lei com o pedido de que fosse votado em regime de urgência. Segundo a mensagem do gestor, os R$ 76 milhões serão confessados em Termo de Acordo ou parcelamento para pagamento com o vencimento da primeira parcela deslocado para o primeiro dia útil do mês subsequente à assinatura do ajuste.

O secretário estadual de Planejamento, Gustavo Nogueira, explicou que será preciso remanejar créditos do orçamento para honrar a dívida. "Os recursos para quitar os débitos virão do tesouro estadual, através de remanejamento de crédito. As contribuições patronais serão pagas em 60 vezes e as contribuições dos servidores serão honradas numa única parcela", ressaltou ao NOVO JORNAL.

Essa quantia que o secretário diz que será paga em parcela única nada mais é do que as contribuições descontadas dos servidores e não repassadas, no valor de R$ 14 milhões, referentes ao mês de dezembro de 2014. Trata-se daquele percentual de 11% referente à contribuição do empregado. O governo só pode parcelar sua parte do pagamento não repassado. Caso o valor não seja pago, a situação pode configurar crime de apropriação indébita previdenciária, conforme o artigo 168-A do Código Penal, que prevê pena de 2 a 5 anos e multa aos gestores responsáveis.

O projeto de lei assegura ainda que os débitos não decorrentes das contribuições devidas ao Regime Próprio da Previdência dos servidores poderão ser parcelados em até 240 prestações mensais, o equivalente a 20 anos, desde que relativos a períodos encerrados até dezembro de 2008.

VALORES ATUALIZADOS

Todos os valores serão atualizados de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fixado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sofrendo a incidência de 0,5% ao mês, a título de juros e multa de até 2% acumulados no período compreendido entre as datas de vencimento e da assinatura do termo de acordo ou de parcelamento.

De acordo com Gustavo Nogueira, os débitos começam a ser pagos quando a Assembleia Legislativa aprovar o projeto de lei e quando o parcelamento for encaminhado ao Ministério da Previdência. "É importante ressaltar que o Estado está absolutamente regular com o Ipern no mês de janeiro de 2015 e vai honrar toda a dívida com o instituto, herdada da gestão anterior", disse o secretário.

DÍVIDAS IMPEDEM EMISSÃO DO CERTIFICADO PREVIDENCIÁRIO

A maior preocupação do Governo do Estado em quitar os débitos com a Previdência está no fato de que a pendência impede a renovação pelo Rio Grande do Norte do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).

Sem esse certificado, o estado não consegue realizar transferências voluntárias de recursos pela União; celebrar de acordos, contratos, convênios ou ajustes; receber empréstimos e financiamentos da União; obter a liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais e pagamento dos valores, referentes à compensação previdenciária, devidos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

O documento é fornecido pela Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPS), que atesta o cumprimento das exigências feitas aos regimes próprios de Previdência Social (RPPS) de um Estado.

Não é apenas o não recolhimento dos tributos previdenciários que estão em análise pelos auditores do Departamento de Regimes Próprios do Ministério da Previdência Social. No final do mês passado, o governo enviou ao Ministério da Previdência Social as explicações sobre a unificação dos fundos previdenciário e financeiro do Ipern. A medida foi autorizada pela Assembleia Legislativa do RN (AL-RN) no fim do ano passado, ainda durante a gestão de Rosalba Ciarlini.

A revisão do certificado de regularidade Previdenciária do Rio Grande do Norte tem que ser feita pelos auditores até o dia 18 de fevereiro e, até lá, o projeto de lei enviado à Assembleia para regulamentar o pagamento das dívidas precisa estar aprovado e o acordo assinado. Isto porque os repasses previdenciários precisam estar em dia, ou sendo quitados mediante acordo como o que está em questão, para que o certificado seja renovado.

Na mensagem enviada à Assembleia, o governador explica que os repasses à Previdência não ocorreram devido às sérias dificuldades financeiras que o estado enfrenta e que a falta do CRP poderá agravar ainda mais o quadro de dificuldade financeira, por isso solicita que o projeto seja votado em regime de urgência.

NÚMEROS

R$ 38,5 milhões (22%)
Valor da contribuição previdenciária patronal não repassado

R$ 37,4 milhões
Contribuição patronal do 13º salário não repassada

R$ 14 milhões
Valor da contribuição previdenciária dos servidores descontada e não repassada em dezembro

60 meses
Período máximo para pagamento do débito

18 de fevereiro
Data final para a revisão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) do Rio Grande do Norte

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 11.02.15 EDITORIA: POLÍTICA

Governo usa R$ 93 milhões do Fundo de Previdência

« CONTAS PÚBLICAS » Se for mantido o ritmo, em oito meses não haverá recursos disponíveis na reserva para aplicação previdenciária

EMANUEL AMARAL

José Marlúcio confirma que os recursos foram destinados para pagamento de aposentados

O Governo do Estado recorreu em janeiro ao Fundo Previdenciário do Instituto de Previdência do Rio Grande do Norte (Ipern) para assegurar o pagamento da folha de aposentados e pensionistas em dia e sem escalonamentos. O saque foi de R$ 93 milhões, totalizando R$ 327 milhões retirados desde dezembro de 2014.

A informação é do presidente do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Norte (Ipern), José Marlúcio. O número apresentado por ele confirma as informações do secretário de Planejamento, Gustavo Nogueira, que calcula haver um déficit mensal de R$ 90 milhões na previdência estadual. José Marlúcio destacou que a alternativa para conter a saída de recursos é o Executivo aumentar a arrecadação, e demonstrou preocupação para que o Governo reponha os recursos que foram sacados e usados pelo Executivo.

Para o presidente do Ipern, é fundamental que o Governo crie uma previdência complementar para os novos funcionários. "Todas as secretarias precisam de novos funcionários. Serão feitos concursos e precisa dessa previdência complementar para os novos servidores", completou. Ele acredita que o Executivo terá condição de recuperar o fundo previdenciário e não deixará o aposentado apreensivo.

Ainda em janeiro, durante entrevista coletiva para apresentar a situação econômica-financeira do Estado, o secretário estadual de Planejamento, Gustavo Nogueira, relatou que a folha de pagamento dos aposentados e pensionista soma R$ 140 milhões. No entanto, o Governo conta apenas com R$ 50 milhões de arrecadação de contribuições, daí a necessidade de complementar o pagamento com os recurso depositados no fundo, que deveriam ficar aplicados para uso com as aposentadorias futuras.

O fundo possui R$ 723 milhões em caixa. Mantendo-se o déficit na folha de aposentados e o ritmo das retiradas feitas pelo Executivo, esse saldo é suficiente para apenas oito meses de pagamento dos servidores estaduais. Isso significa que as verbas disponíveis só serão suficientes para saques até setembro.

INFORMAÇÕES

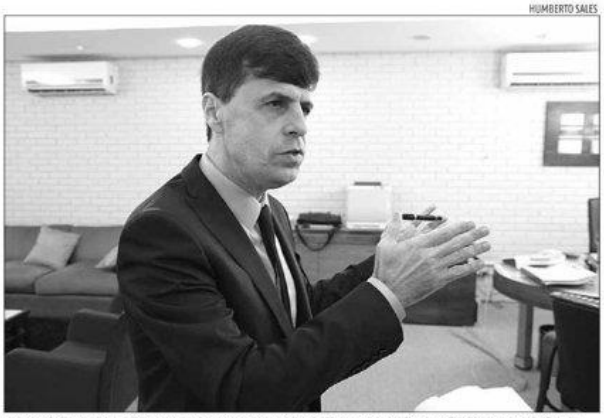
Diante dessa situação, a Assembleia Legislativa vai pedir oficialmente informações sobre como está a disponibilidade do Fundo Previdenciário. Na sessão de ontem da Assembleia Legislativa, foi lido o requerimento do deputado estadual Agnelo Alves (PDT), no qual ele pede para ser enviado uma solicitações de informações ao secretário estadual de Planejamento Gustavo Nogueira e ao presidente do Ipern, José Marlúcio. O parlamentar quer saber detalhes sobre os valores dos saques na Previdência, as datas e o destino dos recursos e a previsão da reposição. No requerimento, o parlamentar pede um relatório detalhado.

A unificação dos fundo Previdenciário e Financeiro, aprovada na Assembleia Legislativa, ainda no final do ano passado, também é alvo de apurações do Ministério da Previdência. Dependendo do resultado da auditoria, o Estado pode perder o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) e ficar impedido de receber transferências do Governo Federal em convênios e outros repasses.

A Ministério investiga a unificação dos antigos Fundos Previdenciário e Financeiro. O Fundo Financeiro reunia as aposentadorias de servidores até 2005 e possui um déficit mensal de R$ 68,6 milhões. O Fundo Previdenciário, criado para servidores que ingressaram após 2005, era superavitário em R$ 1 bilhão e reúne contribuições de servidores que se aposentam a partir de 2025. Com a soma dos dois, o Executivo fica com o saldo positivo superior a R$ 1 bilhão, agora reduzido com os sucesivos saques.

Na Lei aprovada pelos parlamentares estaduais, o Executivo encartou emenda que autoriza a administração estadual realizar saques no Funfirn.

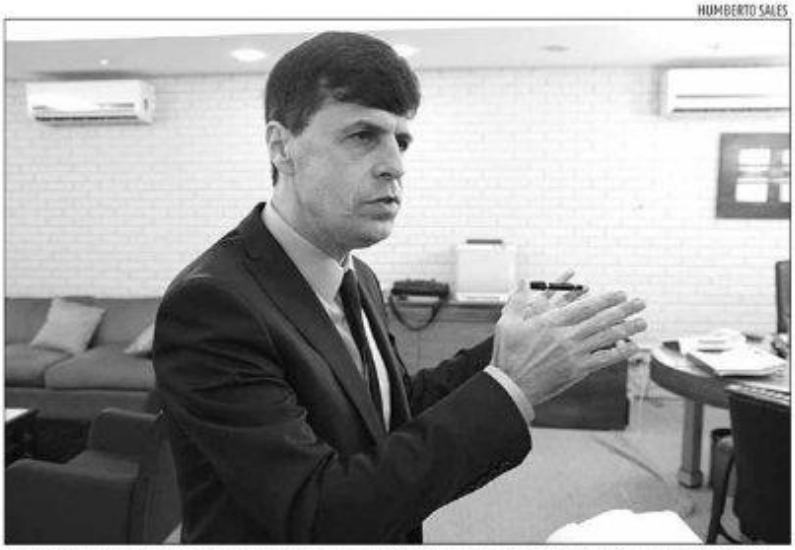
HUMBERTO SALES



Secretário de Planejamento, Gustavo Nogueira afirma que há um déficit na previdência

> Todas as secretarias precisam de novos funcionários. Serão feitos concursos e precisa dessa previdência complementar para os novos servidores"
>
> **JOSÉ MARLÚCIO**
> Presidente do Instituto de Previdência

HUMBERTO SALES



Secretário de Planejamento, Gustavo Nogueira afirma que há um déficit na previdência

"Todas as secretarias precisam de novos funcionários. Serão feitos concursos e precisa dessa previdência complementar para os novos servidores"

JOSÉ MARLÚCIO
Presidente do Instituto de Previdência

Em 2014, foram sacados R$ 234 milhões

Desde que foi aprovada a unificação dos fundos previdenciários, o Governo já usou 327 milhões. Desse total, R$ 234 milhões foram sacados pela então governadora Rosalba Ciarlini para pagar o salário do mês de dezembro e o décimo terceiro salário dos servidores inativos e pensionistas.

Em dezembro do ano passado, quando veio à tona os saques no fundo das aposentadorias, o então governador eleito Robinson Faria disse à TRIBUNA DO NORTE (edição do dia 27/12) que não pretendia realizar outros saques na conta da Previdência e iria repor o valor retirado pelo governo Rosalba "o mais breve possível". "Temos outras formas de regularizar a situação financeira do Estado e não será através do Fundo que isso vai ocorrer", acrescentou o governador.

As informações sobre os saques fazem parte do relatório encaminhando pelo secretário de Planejamento e Finanças do Estado (Seplan), Gustavo Nogueira, ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado que instaurou procedimento para investigar a unificação dos fundos, bem como valores que foram retidos.

Não há previsão de um "Plano de custeio para garantir a reposição dos valores gastos ao fundo de origem", segundo os esclarecimentos prestados pela Seplan e Ipern. Pela Lei que criou o Fundo Único, não há previsão de quando esse dinheiro será reposto. O documento justifica que a utilização dos recursos do fundo unificado se deve a decisão da Seplan de lançar mão do montante, uma vez que não haveriam repasses do Tesouro Estadual para cobertura do pagamento do funcionalismo naquele mês, bem como para a parcela de 80% restantes do 13º salário.

O primeiro saque ocorreu no mesmo dia em que a Lei nº 526/2014 foi promulgada pela governadora Rosalba Ciarlini – 19 de dezembro. Naquele dia, foi retirado do Fundo o valor total de R$ 74.157.572,33. O dinheiro foi utilizado para pagamento de 13º salário de 2014 dos aposentados e parte dos pensionistas. A segunda retirada ocorreu no dia 26 de dezembro, mais R$ 31.105.904,88 para pagamento de 13º salário de 2014 a outra parte dos pensionistas.

O terceiro saque no dia 26 foi de R$ 100 mil para o pagamento da folha do mês de dezembro aos aposentados e pensionistas. O último saque feito pelo governo Rosalba data de 30 de dezembro, somando R$ 234,1 milhões em retiradas, segundo as planilhas anexadas ao relatório.

NÚMEROS

50
milhões de reais são arrecadados mensalmente para a previdência estadual

327
milhões de reais foram retirados do fundo de previdência desde dezembro de 2014

723
milhões de reais estão disponíveis no Fundo de Previdência do Estado

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE **DATA:** 11.02.15 **EDITORIA:** POLÍTICA

Câmara aprova a PEC do orçamento impositivo

« LEGISLATIVO » Deputados votam, em segundo turno, a proposta que assegura a execução das emendas parlamentares ao orçamento

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição do orçamento impositivo. A proposta, aprovada por 452 votos a 18 e 1 abstenção, estabelece a execução obrigatória das emendas parlamentares ao orçamento até o limite de 1,2% da receita corrente líquida (RCL) realizada no ano anterior. Para 2015, isso significaria R$ 9,69 bilhões em emendas. A matéria vai à promulgação. O ex-presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, que liderou a mobilização para votar a PEC na legislatura anterior, foi homenageado ontem durante a votação em reconhecimento à atuação para viabilizar a proposta.

As emendas parlamentares individuais são recursos previstos no orçamento a que cada deputado e senador têm direito. Eles direcionam o dinheiro das emendas para obras, como construção de pontes e postos de saúde, em geral nas suas bases eleitorais. Segundo a PEC, metade do valor dessas emendas deverá ser aplicada em saúde, inclusive no custeio do Sistema Único de Saúde (SUS), mas não poderá servir para o pagamento de pessoal ou de encargos sociais.

O texto também estabelece um percentual mínimo de investimento em ações e serviços públicos de saúde pela União, a ser alcançado ao longo de cinco anos a partir do ano subsequente ao da promulgação da PEC. O orçamento impositivo já é realidade por meio das leis de diretrizes orçamentárias (LDOs) de 2014 e de 2015 em razão de acordo político para aprovação do texto do Senado.

A destinação de parte dos recursos para a saúde foi incluída pelos senadores conforme acordo fechado na Câmara quando da primeira votação na Casa. A ideia inicial dos deputados era de 40%, mas acabaram vingando os 50%, defendidos pelo governo, com aumento do total da receita corrente líquida para as emendas, que passou de 1% na primeira versão para 1,2%.

Proposta prioritária

O ex-presidente da Câmara Henrique Eduardo Alves foi o principal defensor da proposta na legislatura passada, e o presidente atual, Eduardo Cunha, encampou o compromisso de concluir a votação nesta nova legislatura.

Cunha ressaltou que, com o orçamento impositivo, o Executivo não poderá mais condicionar a liberação dos recursos de emendas à votação de propostas de interesse do governo. "Não é desse governo, não. Todos os governos fizeram isso. Isso acaba com uma prática, que vai ser enterrada a partir de agora, que é a prática de os parlamentares ficarem reféns de liberação de emendas", afirmou.

Para Cunha, a aprovação da proposta é um mérito do esforço dos parlamentares, que mantiveram quórum alto durante a sessão. "Pretendemos, ainda nesta legislatura, estender o orçamento impositivo às emendas de bancada", afirmou, lembrando a participação de Henrique Alves no processo. Alves compareceu à Câmara ontem para acompanhar a sessão.

Debate

Durante a votação da PEC, alguns deputados do PT divergiram sobre o orçamento impositivo. Na opinião do deputado Paulo Pimenta (PT-RS) a mudança da Constituição para garantir a obrigação de executar as emendas parlamentares individuais revela um erro conceitual. "Aqueles parlamentares que sustentam a PEC, por que não propuseram isso nos estados onde governam? Porque isso subverte a lógica do orçamento brasileiro", afirmou. Segundo ele, a PEC é feita apenas por conveniência política.

Já o deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP) afirmou que a PEC vai ampliar a independência do Parlamento, com a possibilidade real de que as emendas sejam liberadas sem a intervenção do Executivo. "Temos assistido a uma verdadeira peregrinação de parlamentares na busca de atenção às emendas. Isso tem sido uma prática trivial", disse.

Com a aprovação da PEC, a União ficará obrigada a pagar as emendas em um limite de até 1,2% da Receita Corrente Líquida, que é a soma das receitas do governo provenientes de tributos, excluídas as transferências constitucionais para estados e municípios.

ANDRÉ DUSEK/ESTADÃO CONTEÚDO

Presidência da Câmara dos Deputados convida Henrique Alves para o anúncio da aprovação

BANCADA DO RN

■ Com votaram os deputados da bancada do RN

Antônio Jácome (PMN)	Sim
Beto Rosado (PP)	Sim
Felipe Maia (DEM)	Sim
Rafael Motta (PROS)	Sim
Rogério Marinho (PSDB)	Sim
Walter Alves (PMDB)	Sim

■ Ausentes:
Fábio Faria (PSD)
Zenaide Maia (PR)

Emenda regulamenta gastos com saúde

A Proposta de Emenda à Constituição aprovada ontem na Câmara dos Deputados determina que os 50% das emendas destinados a ações e serviços públicos de saúde sejam computados no mínimo que a União deve gastar no setor todo ano. Atualmente, a Constituição exige que a União gaste o que foi empenhado no ano anterior mais a variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos anteriores.

A PEC 358/13 também muda esse montante mínimo, que passará a ser de 15% da receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro. A reavaliação desse índice ou a mudança do referencial de cálculo por lei complementar não precisará mais ocorrer a cada cinco anos, como previsto atualmente.

A proposta prevê uma ampliação progressiva dos recursos para a saúde nos cinco anos seguintes ao da sua promulgação. No primeiro ano, a aplicação mínima em saúde será de 13,2% da receita corrente líquida; no segundo ano, 13,7%; no terceiro ano, 14,1%; no quarto ano, 14,5%; e, no quinto ano em diante, 15%.

Para o deputado Ivan Valente (Psol-SP), a aprovação da proposta significa uma perda imediata dos recursos com saúde. "Queremos acabar com o fisio-

Henrique tem reconhecimento da Câmara

O ex-presidente da Câmara Henrique Eduardo Alves (PMDB), que liderou o movimento para instituir o orçamento impositivo, foi aplaudido ao acompanhar, ao lado do atual presidente, Eduardo Cunha, o anúncio da aprovação da proposta, em segundo turno, ontem à noite em plenário. Na ocasião, Henrique foi homenageado pelos deputados que participavam da sessão. Eduardo Cunha convidou Henrique para o anúncio do resultado da votação.

"Trata-se de um momento importante para o Parlamento, que, assim, terá cada vez mais altivez, porque conquista a garantia constitucional de execução das emendas. O orçamento impositivo é fundamental para os estados e municípios, que terão os projetos assegurados e, também, para o governo federal, porque contará com uma regra definida e transparente", destacou Henrique Alves. "É uma proposta benéfica para todos, para o país, por isso é tão relevante a tramitação que se concluiu na Câmara dos Deputados, um momento marcante para o parlamento brasileiro", acrescentou.

LUIS MACHADO

Deputados aprovam a proposta do orçamento impositivo

Ele disse que o orçamento impositivo, que começou a se tornar uma realidade no período em que exercia a presidência da Câmara dos Deputados, agora não vai retroceder, fica assegurado. Aprovado em segundo turno na Câmara, vai à promulgação.

Em diversos momentos durante a sessão de ontem, os deputados, nas discussões ou nas declarações de votos, lembraram o empenho de Henrique Alves em favor da proposta. No encerramento da votação, o presidente da Câmara convidou Henrique para a Mesa, em reconhecimento pela atuação do ex-presidente. Na ocasião os deputados fizeram várias em homenagens.

logismo por meio do orçamento impositivo, mas também queremos resgatar o sistema público de saúde", afirmou, ao pedir apoio para aprovação de seu destaque que pretendia excluir a progressividade do aumento de recursos destinados ao setor. O destaque, no entanto, acabou rejeitado em Plenário por 427 votos a 44.

Com a aprovação da proposta, a regulamentação dos gastos do governo federal com saúde por lei complementar não será mais possível, o que esvazia o trabalho de uma comissão especial sobre a matéria na Câmara.

No dia 12 de novembro de 2013, a comissão especial sobre o financiamento da saúde aprovou parecer do deputado Geraldo Resende (PMDB-MS) para o Projeto de Lei Complementar 123/12, do deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS). O texto estipulava uma progressão com índices maiores, começando com 15% da RCL e chegando a 18,7% em quatro anos.

A Proposta de Emenda à Constituição muda regra criada pela Lei 12.858/13, que direciona recursos dos royalties do petróleo para as áreas de educação e saúde, mas impede seu uso no cálculo do mínimo obrigatório previsto na Constituição.

VEÍCULO: NOVO JORNAL **DATA:** 11.02.15 **EDITORIA:** POLÍTICA

CÂMARA TEM COMISSÃO PARA REFORMA POLÍTICA

/ PROPOSTA / DEPUTADO RODRIGO MAIA, DO DEM, FOI ELEITO PARA PRESIDIR O COLEGIADO QUE VAI DEBATER, ENTRE OUTROS TEMAS, O FIM DA REELEIÇÃO PARA OS CHEFES DO EXECUTIVO E A IMPLANTAÇÃO DO VOTO FACULTATIVO

A COMISSÃO ESPECIAL da Câmara destinada a debater e votar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 352/13, que trata da reforma política, foi instalada na tarde de ontem (10) e deverá começar os seus trabalhos logo após o carnaval. O deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) foi eleito presidente da comissão e para a relatoria foi escolhido o deputado Marcelo Castro (PMDB-PI). A 1ª vice-presidência ficou com o petista Rubens Otoni (GO) e a segunda com o tucano Marcus Pestana (MG). A 3ª vice deverá ficar com um representante do PSB.

A PEC 352 foi elaborada por um grupo de trabalho da Câmara, que foi criado para debater a reforma política. Ela prevê, entre outros pontos, o voto facultativo com o fim do voto obrigatório, o fim da reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos, alterações nas regras das coligações partidárias nas eleições proporcionais e coincidência das eleições para todos os cargos.

Um dos pontos considerados mais polêmicos da matéria é o financiamento de campanhas. A PEC prevê um sistema misto – público e privado – para o financiamento. Em outras tentativas de votação de pontos da reforma política, a questão do financiamento foi o que mais dividiu os parlamentares. Poderão ser anexadas à PEC para serem debatidas na comissão outras propostas sobre reforma política que tramitam na Casa.

Ao ser confirmado na relatoria da comissão, o deputado Marcelo Castro prometeu fazer uma relatoria de forma imparcial. "Nossa meta é uma reforma que traga um sistema mais racional para o Brasil, que, ao final, fortaleça os partidos políticos. [A ideia é que a reforma] diminua drasticamente a influência do poder econômico no resultado eleitoral", disse o relator. A comissão deverá se reunir na próxima semana para a discussão do cronograma de trabalho, com debates e audiências para debater a reforma.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que tem atuado para acelerar a discussão e votação da reforma política no menor espaço de tempo, compareceu à instalação da comissão especial e admitiu que a reforma é um tema de difícil consenso, mas que um acordo deve ser perseguido em prol de pontos com ampla maioria. Segundo ele, a intenção é aprovar alguns pontos até setembro deste ano, para que já valham para as eleições de prefeitos e vereadores no ano que vem.

A comissão especial terá até 40 sessões da Câmara para debater e votar uma proposta de reforma política para ser levada à votação no plenário da Câmara e depois no Senado. A comissão é composta de 34 deputados titulares e igual número de suplentes.

ANTONIO CRUZ / Abr

Deputado Rodrigo Maia, do DEM/RJ: presidente da comissão da reforma política

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 11.02.15 EDITORIA: POLÍTICA

"CORRUPTOR E CORRUPTO SÃO IGUALMENTE CULPADOS", AVALIA JUIZ

O JUIZ FEDERAL Sérgio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava Jato, disse ontem (10) que agentes públicos e privados são "igualmente culpados" pelos esquemas de corrupção. Moro entende que há uma "simbiose ilícita entre corrupto e corruptor".

O entendimento do juiz está em despacho no qual ele refutou as alegações de falta de provas e ilegalidades na ação penal aberta para investigar os executivos da empreiteira Mendes Júnior.

A argumentação do juiz derruba as alegações de parte dos executivos, que afirmaram ter sido obrigados pelos ex-diretores da Petrobras Paulo Roberto Costa e Renato Duque a pagar propina para obter contratos com a estatal.

Segundo as empresas, se os valores indevidos não fossem pagos, seriam colocadas barreiras para impedir pagamentos e novas chamadas para participação nas obras da empresa.

"A tese da denúncia é que se trata de crime de corrupção, no qual ambos, corruptor e corrupto, são igualmente culpados. Na corrupção, há uma simbiose ilícita entre corrupto e corruptor. Na corrupção, não há como transferir a culpa de um para o outro. Não se trata de demonizar o setor privado ou o setor público. Em ambos os lados, há responsáveis", disse o juiz.

VEÍCULO: NOVO JORNAL **DATA:** 11.02.15 **EDITORIA:** POLÍTICA

/ FÔLEGO /

Indústria quer apoio do Congresso para medidas de incentivo ao setor

UM DIA DEPOIS de se reunir com a presidenta Dilma Rousseff e com ministros e membros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, pediu ontem (10) apoio do presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), para aprovar propostas que incentivem o setor.

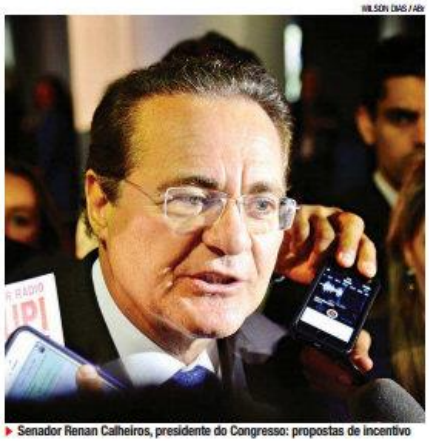
Segundo Andrade, a indústria necessita de medidas e leis que deem fôlego ao setor produtivo, por meio da redução de custos. Citou como exemplo de legislação que precisa ser modificada a do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que funciona com "guerra" tarifária entre os estados.

"[O funcionamento do ICMS] é um horror e cria uma insegurança jurídica muito grande. [Estamos discutindo para ver se há] alguma alternativa", destacou o presidente da CNI. Andrade acrescentou que Renan Calheiros vai marcar uma reunião com representantes do setor produtivo, que também terá a presença do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para tratar de uma pauta de interesse da indústria.

Apesar de deixar claro que não está esperando nenhum pacote do governo para incentivar o setor, o presidente da CNI demostrou preocupação com a indústria brasileira. "O que o Brasil precisa hoje na realidade é dar competitividade para a exportação. O mundo inteiro está travando uma guerra enorme com relação à produção industrial. Na Europa, o Banco Central Europeu colocou um volume grande de recursos para reativar a economia de alguns países; os Estados Unidos continuam crescendo, a China, mesmo tendo diminuído, continua crescendo um pouco. E esses países estão procurando mercados para colocar os seus produtos", afirmou.

Para Robson Andrade, o país precisa ter mais condições de competitividade, com um câmbio mais favorável, visando a aumentar as exportações. O empresário declarou apoio às medidas provisórias que mudam as regras para benefícios trabalhistas como seguro-desemprego e abono-salarial. "O governo está certo. Um país que tem um desemprego de menos de 5% não pode gastar R$ 50 bilhões com seguro-desemprego e abono salarial. Há alguma coisa errada: ou temos desemprego maior, ou há fraude no sistema", observou.

WILSON DIAS / ABr



Senador Renan Calheiros, presidente do Congresso: propostas de incentivo

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 11.02.15 EDITORIA: POLÍTICA

SINDICALISTAS PRESSIONAM PARLAMENTO POR BENEFÍCIOS TRABALHISTAS

REPRESENTANTES DE CENTRAIS sindicais se reuniram ontem (10) com os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para pedir que as medidas provisórias (MPs) 664 e 665 - que estipulam novas regras para o acesso a benefícios trabalhistas como seguro-desemprego, seguro-defeso e pensão por morte - não sejam apreciadas.

Os sindicalistas querem que as MPs sejam devolvidas ao Executivo sem serem votadas sequer nas comissões especiais do Congresso, e dizem que não aceitarão a retirada de benefícios adquiridos.

Nas reuniões, eles entregaram um documento para os presidentes das duas Casas contra as medidas. "Essas medidas 664 e 665 não têm negociação. Elas têm que ser retiradas para avançarmos em outros pontos. Tem jeito de sanear o que o governo está querendo com outras medidas: diminuiur a rotatitvidade, taxar as grandes fortunas, diminuir os ministérios. Tem muita coisa que dá para fazer para economizar. Não dá para economizar só em cima do trabalhador", disse o presidente da Força Sindical, Miguel Torres.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 11.02.15 EDITORIA: GERAL

Inadimplência sobe 3,12%

« CONTAS EM ATRASO » Alta no número de consumidores com contas em atraso foi registrada em janeiro e é a menor para o mês desde 2010

Brasília (ABr) - O número de consumidores com débitos em atraso cresceu 3,12% em janeiro deste ano, em comparação com igual mês do ano passado, na menor variação anual para meses de janeiro desde 2010, quando a pesquisa começou. Com relação a dezembro, houve alta de 0,15%, informaram ontem o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e a Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL).

Atualmente, existem cerca de 54,6 milhões de consumidores inscritos em serviços de proteção ao crédito no país. Esse dado inclui não só as dívidas com bancos, mas também com outras empresas prestadoras de serviço.

A maior parte dos devedores em atraso em janeiro deste ano (26,87%) eram pessoas com idade entre 30 e 39 anos. Em seguida, vieram os devedores que tinham de 40 a 49 anos, que representavam 19,38% do total em janeiro; os que tinham de 50 a 64 anos (17,03%); os que estavam na faixa de 25 a 29 anos (13,9%) e os de 18 a 24 anos (9,97%).

Quanto ao número de dívidas, houve alta de 2,4% em janeiro passado, na comparação com o mesmo mês de 2014. A média de dívidas para cada consumidor inadimplente ficou em 2,074. Os segmentos que mais registraram aumento no volume de dívidas dos consumidores foram as empresas de comunicação, que prestam serviços de telefonia, TV a cabo e internet (alta de 9,84%) e as concessionárias de água e luz (8,35%). No comércio, houve retração de 0,54% no total de dívidas. Para economistas do SPC, "o ritmo de desaceleração da inadimplência, observado desde junho de 2014, não encontra como explicação principal uma conjuntura econômica positiva, mas um contexto de fraca atividade econômica junto com a freada na tomada de empréstimos".

Influências

A economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, explicou que há duas forças opostas que têm agido sobre o comportamento da inadimplência no Brasil. "De um lado, está o fraco desempenho da economia, a piora no emprego, a inflação e os juros em alta, que dificultam o pagamento das dívidas. Por outro lado, há queda na concessão de crédito, que diminui a base de dívidas a pagar", avaliou.

"Para os próximos meses, imaginamos que a perda de fôlego da inadimplência continue ao longo do primeiro semestre e depois se estabilize", afirmou a economista. A entidade, entretanto, ainda não tem uma estimativa para o comportamento da inadimplência em todo o ano de 2015.

O novo presidente da CNDL, Honório Pinheiro destacou a importância da concessão de crédito pelos bancos ao setor varejista. "O crédito é para o varejo como o sangue é para o corpo humano", disse. Ele avaliou que o momento é de dificuldade, em um contexto de menor concessão de crédito.

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 11.02.15 EDITORIA: GERAL

Dólar beira R$ 2,84, mas vai além em casas de câmbio

« VALORIZAÇÃO » A alta da moeda americana, que chegou a 1,83% ontem, preocupa quem planeja ou está com viagem marcada para o exterior

São Paulo (AE) - O turbilhão de incertezas que atinge o mercado brasileiro colocou o dólar ontem no maior patamar desde 8 de novembro de 2004. A moeda americana fechou o dia em R$ R$ 2,8310, uma alta de 1,83%. Desde o fim de janeiro, o dólar vem numa clara escalada ante o real - no dia 29, estava cotado a R$ 2,6080. Em apenas oito dias úteis, foram 22 centavos de alta. Para o consumidor, em casas de câmbio, o dólar turismo já beirava ou mesmo ultrapassava a marca dos R$ 3. A alta da moeda americana já começa a preocupar quem planeja ou está com viagem marcada para o exterior.

Na Cotação Corretora, ontem o dólar americano em espécie era vendido a R$ 3,04, já com

JÚNIOR SANTOS

Desde o fim de janeiro, o dólar vem numa escalada: Em oito dias úteis, foram 22 centavos de alta

o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A moeda no cartão pré-pago, com taxa de IOF maior, era comercializada a R$ 3,19. Na Confidence Corretora, o dólar em espécie também era vendido a R$ 3,04, e o produto no cartão pré-pago, a R$ 3,20. Na Sol Corretora, o dólar em dinheiro saía um pouco abaixo da marca dos R$ 3, a R$ 2,96. Já no cartão pré-pago, a cotação era de R$ 3,15.

O preço salgado do dólar turismo já provoca preocupações nos viajantes. Para Alexandre Fialho, diretor da Cotação Corretora, por conta do cenário de incertezas e da volatilidade do câmbio, a melhor opção é comprar quantias aos poucos.

"Os viajantes já estão programando sua saída com antecedência, então também precisam programar e parcelar a compra da moeda", diz. "Comprando uma certa quantia por mês, ele terá uma média do preço - pode não ter o melhor, mas dificilmente terá o pior. É quase impossível acertar o menor preço. Se nem os especialistas sabem ao certo para onde vai o dólar, imagina o viajante", diz.

Em relação ao tipo de produto, ele recomenda que o viajante tenha sempre uma quantia no cartão pré-pago, mesmo com a incidência maior do IOF, pela comodidade e também segurança. "Se houver qualquer imprevisto, ele pode fazer uma recarga a distância."

Em dezembro de 2013, o governo elevou de 0,38% para 6,38% o IOF para gastos no exterior com cartões de débito e pré-pagos, cheque de viagem e saques em moeda estrangeira.

Mauro Calil, especialista de investimentos do banco Ourinvest, acredita que o viajante deve juntar dinheiro e comprar a quantia que necessita o mais rápido possível, por causa da tendência de alta do dólar. "Ele deve chegar a R$ 3, o problema é quando. Acredito que no meio do ano, entre junho e agosto", diz.

Investimento

A alta do moeda também desperta o interesse de investidores que querem saber se vale a pena comprar dólar como aplicação financeira. Para quem não vai viajar, Calil não aconselha o investimento em câmbio, pelo alto risco da operação.

"Dólar ou valoriza ou desvaloriza. Não rende juros, nem aluguel, nem dividendos", afirma. "Para aplicação em poucas quantidades, é melhor optar pela renda fixa, com 5% de rendimento em 5 meses a risco zero, do que 8% ou 10% de ganho no mesmo período com um risco muito mais elevado."

Notícias do mercado interno e do exterior explicam alta

O gatilho para a recente disparada do dólar foram os comentários do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, no dia 30. Na ocasião, ele afirmou que o governo não tem a intenção de manter o câmbio "artificialmente valorizado". De lá pra cá, os números e as notícias que saíram ampliaram as dúvidas sobre a capacidade de o governo conseguir reequilibrar a economia.

"Temos os problemas de sempre: risco de racionamento de energia, falta de água, PIB baixo...", disse João Paulo de Gracia Corrêa, gerente de câmbio da Correparti Corretora. "Tudo começou quando o Levy falou, no dia 30. E agora vemos um 'efeito manada', em que todo mundo vai em busca de dólar."

As notícias que vêm do exterior também têm contribuído para a valorização da moeda americana. Na sessão de ontem, a incerteza em relação ao destino da Grécia foi o principal pano de fundo externo para o avanço da moeda. As informações eram de que a Comissão Europeia teria preparado uma proposta para prolongar em seis meses o resgate financeiro da Grécia.

No entanto, o ministro da economia da Alemanha, Wolfgang Schäuble, descartou a possibilidade de novo acordo para a dívida grega. A indefinição permanece. Isso manteve o dólar em alta ante praticamente todas as demais divisas de países emergentes e exportadores de commodities no exterior. Só que, no Brasil, as preocupações internas intensificaram esse movimento.

Segundo analistas, há também um forte componente especulativo nesse movimento. "Em 2002, houve um firme avanço do dólar por conta da eleição do Lula. Mas naquele momento o País estava quebrado, com poucas reservas. Na crise de 2008, houve novo estresse, mas a questão foi global. Agora, o movimento de alta do dólar não tem um ingrediente tão forte", disse Alfredo Barbutti, economista da BGC Liquidez Corretora.

"O próprio ministro (Joaquim Levy) falou que as relações de troca pioraram. Mas o dólar subiu quase 25 centavos em oito sessões e amanhã (hoje) pode estar em R$ 2,90. O problema é que o Brasil hoje não está sufocado como estava em 2002."

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 11.02.15 EDITORIA: GERAL

« PRODUÇÃO »

Feriados farão a indústria perder R$ 558 milhões

O valor equivale ao PIB industrial perdido no RN, mas outros estados também sofrem

Sem comemorar. A indústria estima que irá perder este ano R$ 558 milhões no Rio Grande do Norte, em decorrência de feriados estaduais e nacionais. O valor equivale ao PIB industrial perdido e representa 4,82% de tudo o que a indústria produz no estado, valor que deverá alcançar este ano R$ 11,58 bilhões. Os dados fazem parte de um estudo da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), divulgado ontem.

Nacionalmente, os nove feriados nacionais previstos para este ano e sete pontos facultativos, dos quais três já são considerados feriados no país (segunda-feira e terça-feira de carnaval e Corpus Christi), somados aos 43 feriados estaduais, podem gerar perdas de até R$ 64,6 bilhões para a indústria, diz o gerente de Economia e Estatística da Firjan, Guilherme Mercês. "A conta salgou muito em 2015, porque mais feriados caíram em dias de semana", diz.

Dos 12 feriados nacionais, 11 caíram em dias de semana, resultando em três a mais do que no ano passado. Nos estados, um feriado a mais cai também em dia útil. Segundo o economista, a perda para a indústria brasileira com os feriados representa 4,8% de tudo que o setor produz. Em 2014, a perda representou 3,6%. A estimativa é que R$ 18 bilhões deixarão de ser arrecadados, pelo governo, da indústria em função dos feriados.

Estados

Por estados, as maiores perdas em valores absolutos são encontradas em São Paulo (R$ 19,5 bilhões ou o equivalente a 4,82% do PIB industrial), Rio de Janeiro (R$ 10,1 bilhões ou 5,24% do PIB industrial) e Minas Gerais (R$ 6,4 bilhões ou 4,4% do PIB industrial). "São Paulo tem a maior economia do país, portanto a perda em termos de montante financeiro é maior", esclareceu Mercês.

Em termos relativos, Alagoas, que terá quatro feriados estaduais em dias de semana, além dos feriados nacionais que também caem em dias úteis, poderá ter a maior perda: 6,1% de tudo que a indústria produz.

Para o conjunto dos 27 estados, a perda projetada com a arrecadação do ICMS pode atingir R$ 572 milhões por dia parado. Para o governo federal, a perda a cada feriado nacional pode chegar a R$ 964 milhões.

A Firjan propõe que os feriados que caem em dias úteis passem para segunda-feira ou sexta. "Pelo menos, a gente acabaria com os enforcamentos de dias úteis", diz Mercês.

*Com informações da Agência Brasil

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE **DATA:** 11.02.15 **EDITORIA:** NEGÓCIOS E FINANÇAS

Emprego em declínio

O desemprego caiu em 2014 e encerrou a 6,8%, aponta pesquisa do IBGE, pela nova metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua). O recuo foi em comparação aos 7,1% registrados em 2013. Em 2012, primeiro ano da pesquisa, o desemprego atingia 7,4% da população economicamente ativa. No quarto trimestre do ano passado, a taxa de desemprego caiu para 6,5%, de 6,8% no terceiro trimestre. O percentual, contudo, foi maior que o do mesmo período de 2013, quando atingiu 6,2%. Com isso, havia 92,9 milhões de pessoas empregadas no país no quarto trimestre do ano passado, e 6,5 milhões de desempregados, ainda um número elevado.

AUMENTO Por região, houve expansão da taxa de desocupação nas regiões Nordeste (de 7,9% para 8,3%), Sudeste (de 6,2% para 6,6%), Centro-Oeste (de 4,9% para 5,3%) e Norte (6,5% para 6,8%) na comparação com o quarto trimestre de 2013, enquanto na região Sul (3,8%), o cenário foi de estabilidade desse indicador.

Indústria

O emprego na indústria cai pelo terceiro ano seguido em 2014 e tem recuo de 3,2%, apesar da ligeira recuperação de 0,4% em dezembro. O principal impacto negativo sobre a média global veio de São Paulo, com -4,7%.Também registraram resultados negativos a Região Nordeste (-4,4%); Minas Gerais (-4,5%) e o Norte.

Crédito

A procura do consumidor por crédito em janeiro é a mais baixa em cinco meses, diz pesquisa da Serasa Experian. Desacelerou para alta de 2,1%, uma forte queda no ritmo uma vez que em dezembro a procura por crédito tinha registrado expansão anual de 13%, após alta de 8,8% em novembro.

APERTO No Ceará, os supermercados que atuam como atacado e varejo, mais conhecidos como atacarejo, que realizarem vendas a partir de R$ 100 Ufirces, o equivalente a R$ 399,60, por operação, têm agora a obrigação de fazer constar no cupom fiscal, o CPF do comprador pessoa física.

Tarifas x concorrência

O aumento das tarifas deve tirar R$ 6,5 bilhões de vendas do comércio neste ano, apontam as projeções da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Com isso, a concorrência entre os segmentos do varejo, especialmente aqueles dependentes de crédito e que tiveram o imposto sobre os as linhas de crédito elevados, como eletrodomésticos e viagens, deve se acirrar. "Existe uma forte relação entre os preços administrados e os altos e baixos de vendas do varejo", afirma Fabio Bentes, economista da CNC.

INFLAÇÃO Na primeira prévia de fevereiro, a inflação pelo IGP-M desacelera para uma alta a 0,09%. O indicador é utilizado como referência para a correção de valores de contratos, como os de energia elétrica e aluguel de imóveis.

VEÍCULO: NOVO JORNAL **DATA:** 11.02.15 **EDITORIA:** ECONOMIA

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 11.02.15 EDITORIA: ECONOMIA

DÓLAR PASSA DE R$ 2,83

/ PROTEÇÃO / EM DIA DE AVERSÃO AO RISCO, INVESTIDORES DECIDEM TROCAR REAIS POR DÓLARES E MOEDA AMERICANA CHEGA AO MAIOR PATAMAR EM DEZ ANOS

EM MAIS UM dia tenso no mercado financeiro, a moeda norte-americana ultrapassou R$ 2,83 e fechou no maior valor em mais de dez anos. O dólar comercial encerrou ontem vendido a R$ 2,835 para venda, com alta de 2,12% (R$ 0,059). A cotação é a mais alta desde 1º de novembro de 2004, quando a divisa tinha fechado em R$ 2,854.

O dólar operou em alta durante todo o dia, mas a valorização acelerou depois das 11h, quando a cotação ultrapassou a barreira de R$ 2,80. Na máxima do dia, por volta das 15h, a moeda chegou a ser vendida a R$ 2,836. Nas horas seguintes, a cotação caiu para R$ 2,82, mas voltou a subir nos últimos minutos da sessão.

Com o desempenho de hoje, a moeda norte-americana acumula alta de 5,47% no mês e de 6,68% no ano. O euro também teve forte valorização, subindo 2,41% (R$ 0,075) e encerrando o dia a R$ 3,213.

MARCOS SANTOS/USP IMAGENS

Dólar já atinge alta de 5,47% no mês e 6,68% ao ano

O câmbio foi afetado não apenas por fatores internos, mas também por turbulências externas. A principal é a indicação de membros do Federal Reserve (Fed, o Banco Central norte-americano), de que os juros nos Estados Unidos subirão em breve. Taxas mais altas nos países desenvolvidos diminuem os recursos para países emergentes, como o Brasil.

O mercado também está influenciado pela possibilidade de saída da Grécia da zona do euro. A duas semanas de o acordo de resgate expirar, o governo grego e os parceiros europeus preparam-se para vários encontros cruciais, que começam amanhã (11) com uma reunião extraordinária do Eurogrupo para tentar acertar posições.

Na quinta-feira (12), o primeiro-ministro grego, Alexis Tsipras, participará, pela primeira vez, com os colegas europeus, de uma reunião informal de chefes de Estado e de Governo da União Europeia. No domingo (8), Tsipras apresentou no Parlamento o programa de governo do Syriza, que não prevê qualquer recuo das promessas eleitorais do partido de esquerda radical.

O outro foco de atenção foi a inflação na China, que subiu 0,8% em janeiro, o ritmo mais lento de crescimento em mais de cinco anos. O comportamento dos preços dá margem ao governo chinês para implementar mais estímulos à economia, mas os sinais de desaceleração afetam a confiança do segundo maior parceiro comercial do Brasil.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 11.02.15 EDITORIA: ECONOMIA

/ CONTAS /

NÚMERO DE DEVEDORES CRESCE 3,12% EM UM ANO,

O NÚMERO DE consumidores com débitos em atraso cresceu 3,12% em janeiro deste ano, em comparação com igual mês do ano passado, na menor variação anual para meses de janeiro desde 2010, quando a pesquisa começou. Com relação a dezembro, houve alta de 0,15%, informaram ontem o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e a Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL).

54,6 milhões de devedores

Atualmente, existem cerca de 54,6 milhões de consumidores inscritos em serviços de proteção ao crédito no país. A maior parte dos devedores em atraso em janeiro deste ano (26,87%) eram pessoas com idade entre 30 e 39 anos. Em seguida, vieram os devedores que tinham de 40 a 49 anos, que representavam 19,38% do total em janeiro; os que tinham de 50 a 64 anos (17,03%); os que estavam ma faixa de 25 a 29 anos (13,9%) e os de 18 a 24 anos (9,97%).

Quanto ao número de dívidas, houve alta de 2,4% em janeiro passado, na comparação com o mesmo mês de 2014. A média de dívidas para cada consumidor inadimplente ficou em 2,074. Os segmentos que mais registraram aumento no volume de dívidas dos consumidores foram as empresas de comunicação, que prestam serviços de telefonia, TV a cabo e internet (alta de 9,84%) e as concessionárias de água e luz (8,35%). No segmento do comércio, houve retração de 0,54% no número de dívidas.

Para economistas do SPC Brasil, "o ritmo de desaceleração da inadimplência, observado desde junho de 2014, não encontra como explicação principal uma conjuntura econômica positiva, mas um contexto de fraca atividade econômica combinada com a freada na tomada de empréstimos".

VEÍCULO: NOVO JORNAL **DATA:** 11.02.15 **EDITORIA:** ECONOMIA

/ PREJUÍZO /

Feriados podem gerar perdas para a indústria de R$ 64,6 bilhões

Os nove feriados nacionais previstos para este ano e sete pontos facultativos, dos quais três já são considerados feriados no país (segunda-feira e terça-feira de carnaval e Corpus Christi), somados aos 43 feriados estaduais, podem gerar perdas de até R$ 64,6 bilhões para a indústria nacional, alertou ontem o gerente de Economia e Estatística da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Guilherme Mercês.

"É um volume enorme de feriados estaduais, e 32 este ano caem em dias de semana. A conta salgou muito em 2015, porque mais feriados caíram em dias de semana", destacou o economista. Estudo da Firjan sobre o impacto dos feriados para as indústrias foi divulgado nesta terça-feira. Mercês disse que, dos 12 feriados nacionais, 11 caíram em dias de semana, resultando em três a mais do que no ano passado. Nos estados, um feriado a mais cai também em dia útil.

Segundo Guilherme Mercês, a perda calculada para a indústria brasileira com os feriados representa 4,8% de tudo que a indústria produz. No ano passado, a perda representou 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial. Os números consideram um PIB industrial estimado de R$ 1,355 trilhão para 2015.

O economista advertiu que no cenário atual, em que o Brasil precisa crescer e o governo precisa arrecadar mais impostos, as perdas previstas ultrapassam o âmbito das empresas. "As indústrias param de produzir por conta dos feriados, e o governo arrecada menos." A estimativa é que R$ 18 bilhões deixem de ser arrecadados, pelo governo, da indústria de transformação este ano, em função dos feriados nacionais e estaduais.

ARQUIVO / AGÊNCIA BRASIL

▶ Em 2015, 11 feriados nacionais cairão em dias de semana

Por estados, as maiores perdas em valores absolutos são encontradas nas regiões mais industrializadas do país: São Paulo (R$ 19,5 bilhões, ou o equivalente a 4,82% do PIB industrial), Rio de Janeiro (R$ 10,1 bilhões, ou 5,24% do PIB industrial) e Minas Gerais (R$ 6,4 bilhões, ou 4,4% do PIB industrial). "São Paulo tem a maior economia do país. Portanto, a perda em termos de montante financeiro é maior", disse Mercês.

O estudo mostra que em termos relativos, Alagoas, que terá quatro feriados estaduais em dias de semana, além dos feriados nacionais que também caem em dias úteis, poderá apresentar a maior perda: 6,1% de tudo que a indústria produz, o que representa R$ 500 milhões.

O levantamento informa que, no decorrer de 2015, apenas oito estados não registrarão nenhum feriado em dia útil: Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Pará, Goiás, Pernambuco e Mato Grosso do Sul. Para o conjunto dos 27 estados brasileiros, a perda projetada com a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pode atingir R$ 572 milhões por dia parado. Para o governo federal, a perda a cada feriado nacional pode chegar a R$ 964 milhões.

Tendo em vista a meta de redução do custo Brasil e de aumento da competitividade da indústria nacional, a Firjan propõe que os feriados que caem em dias úteis sejam mudados para segunda-feira ou sexta-feira. Segundo Guilherme Mercês, isso atenuaria as perdas. "Pelo menos, acabaríamos com os enforcamentos [de dias úteis]. Muitos países já adotaram esse procedimento. Isso é um ponto positivo para a produtividade e para reduzir custos das empresas."

VEÍCULO: TRIBUNA DO NORTE DATA: 11.02.15 EDITORIA: ECONOMIA

Dilma oficializa indicação de ex-ministra para a Caixa

« ADMINISTRAÇÃO » Miriam Belchior vai substituir Jorge Hereda na presidência do banco estatal que financia projetos do Minha Casa

A.D. RÉGIS

Amiga da presidente Dilma, Miriam Belchior é uma espécie de coringa na administração petista

Brasília (AE) - A presidente Dilma Rousseff oficializou ontem Miriam Belchior como nova presidente da Caixa Econômica Federal em substituição a Jorge Hereda. A ex-ministra do Planejamento vai assumir o comando do banco estatal no próximo dia 23. Durante o período de transição e formação da nova equipe, Hereda permanecerá no cargo que ocupa desde março de 2011.

Contou a favor da petista Miriam Belchior, além da proximidade com a presidente, o peso que ela pode exercer na estratégia de manutenção do programa Minha Casa Minha Vida, principal vitrine do governo Dilma. Diante da possibilidade de cortes profundos nas despesas do governo, seguindo a cartilha de ajuste fiscal do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, a nova presidente da Caixa pode influir para garantir o orçamento do programa.

Caberá à ex-ministra, no governo desde o início da gestão Luiz Inácio Lula da Silva, comandar o processo de abertura de capital da Caixa, como deseja a presidente Dilma. Esse processo deve ser concluído, na melhor das hipóteses, em 2016. A equipe econômica tem pedido pressa para arrecadar dinheiro e fechar as contas públicas. Uma das opções seria "fatiar" o processo, começando por áreas atrativas do banco, como loterias e seguros.

Dilma recebeu ontem a nova presidente e Hereda no Palácio do Planalto. E disse ao atual presidente que precisaria do cargo. Não sinalizou nada sobre o futuro do petista, nome próximo do ministro da Defesa, Jaques Wagner. No início da noite, o Planalto divulgou nota oficial na qual Dilma agradece a "dedicação, a competência, a lealdade de Hereda".

Desde o fim do ano passado, o nome da "coringa" Miriam circula como opção à presidência da Caixa. Ela teria dito que preferiria o Ministério das Cidades, mas a pasta - uma das mais disputadas da Esplanada - foi para as mãos do ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab (PSD). Miriam foi casada por dez anos com o ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, assassinado em janeiro de 2002. Os dois já estavam separados quando aconteceu o crime.

Quando pediu o cargo de Miriam no Planejamento, a presidente sinalizou que não abriria mão de ter à frente dos bancos públicos pessoas de sua extrema confiança para colocar em prática suas ideias, mesmo contrariando a área técnica. Um exemplo dessa prática é o programa Minha Casa Melhor, linha de crédito para a compra de móveis, computadores e eletrodomésticos. Por vontade da presidente, a Caixa foi obrigada a bancar o programa, apesar de análises feitas pela área técnica do banco terem alertado que, da forma como foi feito, o programa representa riscos para a saúde financeira do banco.

Hereda disse ontem que o período de transição até 23 de fevereiro será suficiente para garantir que a Caixa não sofra descontinuidade. "Isso dá tranquilidade e previsibilidade e garante uma transição tranquila", disse. O presidente da Caixa mostrou-se tranquilo em relação à mudança. "Nós temos muito tempo", afirmou sobre a transição, em entrevista logo após participar de uma solenidade de inauguração da nova sede da Caixa Seguradora, em Brasília.

Segundo Hereda, ele e Miriam, além de já terem trabalhado juntos no governo, são amigos há muito tempo. O presidente da Caixa garante que não está magoado com a sua substituição. "Tive hoje uma ótima conversa com a presidente. Agradeci a ela pelos anos de convivência e tenho gratidão pela oportunidade que me foi dada", afirmou. Hereda disse que irá cumprir um período de quarentena, de seis meses, e que ainda não sabe o seu futuro profissional.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 11.02.15 EDITORIA: EDITORIAL

Gerir as convenções

Entre os vários pontos de vista sob os quais tem de ser vista a decisão do governo estadual de descredenciar a Cooperativa de Atividades Hoteleira e Turística, a Coohtur, e assumir a gestão do Centro de Convenções de Natal, dois merecem o registro e a análise. O primeiro: o estado, já inchado com tantas secretarias, tantos gastos e tantos servidores, não pode agregar mais despesas, muito embora o setor turístico seja prioridade, entre outras razões pelo volume de negócios que pode gerar.

O governo não pode tomar para si a gestão do Centro de Convenções, todavia também não pode, por outro lado, delegar a uma entidade privada sem vínculo algum com o estado toda a responsabilidade para marcar e receber eventos e ainda com poder de definir e gerir valores a serem cobrados por estes eventos.

O estado precisa ter o controle sobre esta atividade-negócio, ainda que não seja o gestor direto.

O segundo ponto é exatamente este: o estado tem que resgatar o controle sobre o que se realiza no Centro de Convenções. A realização de palestras, seminários e eventos do tipo forma um ramo de negócio lucrativo e do qual o governo não pode abrir mão, tanto de controlar quanto de transformar os recursos que gera em benefícios para o segmento.

Daí surge o debate necessário: a alternativa melhor para o estado é ter o controle sobre o que se promove no centro de convenções e permitir que a gestão seja feita por entidade devidamente capacitada e de reconhecida competência para tal, vencidas todas as etapas de seleção? Parece que sim.

O estado não pode agregar mais uma repartição, mas bem pode concentrar ali no Centro de Convenções todas as suas pastas e órgãos ligadas ao setor, tanto a secretaria quando a Emprotur, por exemplo. Seria uma forma de dar mais agilidade à gestão ao passo que se acompanharia de perto a administração e a manutenção do espaço, ainda que delegadas a uma entidade particular vencedora de processo licitatório claro e aberto.

O importante é que o estado voltou a se preocupar com uma atividade da qual estava, por opção, totalmente afastado, o que gerava enorme contrassenso. Afinal, como se manter arredio diante de uma área que é pilar econômico e que gera enorme variedade de subnegócios?

É necessário não somente o governo reassumir o controle sobre a geração de eventos ligados ao turismo de negócios, mas sobretudo fazer com que gere dividendos possíveis de serem aplicados na própria atividade.

Não cabe, num segmento tão rico, conviver com contas no vermelho. O resgate do centro de convenções pode marcar uma nova era neste ramo, mas o estado terá de se precaver para que não transforme as chances de melhorar a atividade em prejuízo.

VEÍCULO: NOVO JORNAL DATA: 11.02.15 EDITORIA: CIDADES

CODERN AVALIA PROJETO DE AMPLIAÇÃO DO PORTO

/ CONCORRÊNCIA / EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO SERÁ PUBLICADO NO PRÓXIMO MÊS; COM A OBRA, O PORTO DE NATAL VAI TER UM INCREMENTO DE ATÉ 30% NAS ATIVIDADES PORTUÁRIAS

JALMIR OLIVEIRA
DO NOVO JORNAL

A COMPANHIA DOCAS do Rio Grande do Norte (Codern) iniciou ontem os estudos do projeto técnico de ampliação do Porto de Natal e instalação das defensas protetoras na Ponte Newton Navarro. O edital do processo licitatório será publicado no próximo mês. A obra deve custar R$ 200 milhões e vai se estender por mais de dois anos.

O projeto foi entregue na semana passada pela empresa Hidrotopo Ltda., do Rio de janeiro. O documento vai balizar o edital da obra e delimitar o ordenamento das construções. Segundo o diretor técnico da Codern, Hanna Safieh, o detalhamento das construções não pode ser divulgado. O vazamento de dados pode inviabilizar a licitação. "Temos de proteger os dados", diz.

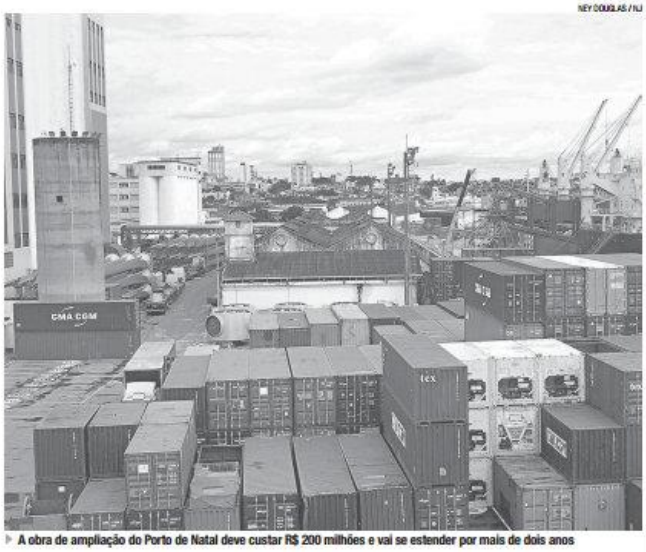
O motivo para o sigilo é o novo modelo de processo licitatório adotado pela Codern: o Regime Diferenciado de Contratação (RDC). Neste mecanismo, os concorrentes não têm acesso ao orçamento. O vencedor se dá pelo menor preço. Com o RDC, os prazos podem ser encurtados de 250 para 90 dias da data da publicação do edital até a homologação. Desta forma, caso as informações sejam publicadas antes da divulgação oficial do edital, pode haver prejuízo para a concorrência pública.

FRANKIE MARCONE / ARQUIVO NJ

Hanna Safieh, diretor da Codern

Com a obra, o porto vai ter um incremento de até 30% nas atividades portuárias, estima a Codern. O terminal portuário tem, hoje, três berços – dois de 200 metros e outro com 140 metros de extensão. A ampliação vai agregar 220 metros à atual estrutura. Com a mudança, o terminal vai poder receber até quatro embarcações de grande porte. Atualmente, por conta das restrições de espaço, a capacidade é para abrigar dois navios grandes e um médio.

NEY DOUGLAS / NJ



A obra de ampliação do Porto de Natal deve custar R$ 200 milhões e vai se estender por mais de dois anos

Já a obra das defensas consiste na instalação de barreiras de proteção em cada um dos pilares de sustentação da ponte. O custo da obra está estimado em R$ 30 milhões. Por conta da ausência do equipamento de segurança na Ponte Newton Navarro, inaugurada em novembro de 2007, o Porto de Natal não recebe navios no período noturno. A navegação é proibida a partir das 18h.